



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO

DPE PR

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da DPE-PR para Defensor Público.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-DPE-PR-20-06>

Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Marcos Gomes

01. Sobre o Constitucionalismo Latino-Americano, analise as afirmativas a seguir para, ao final, responder:

I – É também denominado Constitucionalismo Andino ou Indígena;

II – Tem seu ápice com as Constituições do Equador e do Brasil;

III – A doutrina costuma demonstrar sua evolução em dois ciclos, o pluralista e o multicultural;

IV – Esse novo constitucionalismo pressupõe duas rupturas, a exemplo da ruptura com o colonialismo, ou seja, com a ideia de inferioridade natural dos índios e outros grupos outrora excluídos, bem como uma ruptura com o constitucionalismo liberal e social europeu, superando-se a ideia do monismo jurídico, uma vez que a ideia de pluralismo jurídico pressupõe a coexistência de vários sistemas normativos dentro de um mesmo espaço geopolítico.

Estão corretas as alternativas:

a) I, II, III e IV.

b) I, III e IV.

c) III e IV.

d) I e IV.

e) II e III

02. A Defensoria Pública possui importante papel na tutela dos direitos fundamentais, notadamente dos grupos vulneráveis. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, concretizando a ideia de força normativa da Constituição, aplicável também aos direitos sociais.

b) Sobre os fundamentos filosóficos dos direitos fundamentais, a corrente jusnaturalista possui fundamentação na dignidade da pessoa humana, sendo certo que os direitos humanos

seriam inerentes à natureza humana, independente de positivação do Estado.

c) De acordo com os defensores de uma corrente idealista, os direitos humanos são ideias, princípios abstratos que a realidade vai acolhendo ao longo do tempo. Por seu turno, para aqueles que defendem uma corrente realista, os direitos fundamentais seriam o resultado direto de lutas sociais e políticas.

d) Para identificarmos um direito como fundamental, impõe-se verificação representativa e relevante com a concretização da ideia de dignidade.

e) De acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, nem todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, pois há de se respeitar peculiaridades culturais e locais, em que pese a necessidade de um respeito mínimo – mínimo existencial - aos direitos humanos por todos os Estados.

03. Em relação as concepções de Constituição abaixo analisadas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A concepção Sociológica de Ferdinand Lassale realiza uma diferenciação entre Constituição Real e Constituição Escrita, dando ênfase na primeira, que corresponderia aos fatores reais de poder.

b) A concepção Política de Karl Schmitt realiza uma diferenciação entre Constituição Propriamente Dita e Leis Constitucionais, sendo que a primeira decorre de uma decisão política fundamental.

c) De acordo com a concepção Jurídica de Hans Kelsen, a Constituição em sentido lógico-jurídico é a Constituição positivada que se encontra no topo do ordenamento jurídico, que servirá como fundamento de validade às demais normas infraconstitucionais.

d) Konrad Hesse, defendendo uma Concepção Normativa de Constituição, elabora uma apresentação contrária à concepção sociológica, com duras críticas. Hesse diz que a Constituição possui sim força para conformar a realidade,

devendo, para isso, existir vontade de Constituição, não bastando a vontade de poder.

e) De acordo com a concepção política, que decorre de um decisionismo político, as matérias que decorrem dessa decisão fundamental são os direitos fundamentais, estrutura do estado e organização dos poderes. As demais normas são apenas leis constitucionais.

04. Estamos falando da necessidade de defesa do Estado (soberania, território, povo) e das instituições democráticas, por meio de medidas excepcionais (sistematizadas) para manter ou restabelecer a ordem pública em momentos de anormalidades constitucionais, instituindo um sistema constitucional de crises, destacando-se o estado de defesa e o estado de sítio. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O estado de defesa e o estado de sítio constituem limitações circunstanciais ao Poder Constituinte Derivado.

b) Os excessos cometidos durante o período de anormalidade poderão ser reprimidos por meio do mandado de segurança, habeas corpus, ou outra medida adequada, a ser ajuizada pela Defensoria Pública, no âmbito de suas atribuições.

c) No estado de defesa, poderemos ter restrições de direitos fundamentais, tal como restrições no direito de sigilo de correspondência, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica, bem como será possível restringir direitos de reunião, salvo se exercida no seio das associações.

d) No estado de defesa, em que pese ser vedada a incomunicabilidade do preso, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

e) O estado de sítio poderá ser decretado em caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, bem como no caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

05. Analise as afirmativas abaixo sobre Direito Constitucional e Constituição para ao final responder:

I – O Direito Constitucional Positivo tem por objeto a interpretação, sistematização e crítica das normas constitucionais vigentes de um certo Estado – de uma Constituição de um Estado específico.

II - Direito Constitucional Geral compreende os institutos que permeiam todos os ordenamentos jurídicos positivos, estabelecendo uma teoria geral do direito constitucional, por meio, por exemplo, de classificações, conceitos e princípios, sem se ater a uma Constituição específica.

III – Os elementos Formais de Aplicabilidade auxiliam na aplicação de outras normas, a exemplo da norma que trata da eficácia dos direitos fundamentais, estabelecida no art. 5º, §1º, CF.

IV – Os elementos Limitativos almejam a estabilidade política e social.

Estão corretas as alternativas:

a) I, II, III e IV.

b) I, II, III.

c) I e II.

d) III e IV.

e) II e III.

06. Atualmente, um importante papel da Defensoria Pública é concretizar a força normativa da Constituição, em especial dos direitos fundamentais da população vulnerável. Sobre o tema da Legislação e Constituição Simbólica, analise as questões a seguir, assinalando a alternativa CORRETA:

a) A Constituição Simbólica não está relacionada a hipertrofia da função simbólica.

b) Conforme o professor Marcelo Neves, a legislação álibi dispõe de compromissos dilatatórios.

c) É possível que uma legislação seja simbólica quando apenas busca confirmar valores sociais, sendo secundária a sua eficácia normativa.

d) Quando o professor Marcelo Neves fala em compromissos dilatatórios, refere-se a uma resposta aparente e emergencial dos

governantes, buscando assegurar confiança nos sistemas jurídicos e políticos.

e) A corrupção sistêmica não é uma causa da Constituição Simbólica.

07. Após a Constituição Federal de 1988, o constituinte derivado vem reforçando a concretização do modelo público de assistência jurídica. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Emenda Constitucional n. 80/2014 elevou a nível constitucional os princípios da unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

b) Emenda Constitucional pode aumentar o rol de atribuições da Defensoria Pública.

c) De acordo com a Emenda Constitucional n. 80/94, no prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais

d) Durante o prazo de 08 anos, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

e) O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à respectiva população vulnerável, independente da efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública.

08. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca da Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Caso um estado da federação autorize e regule a prestação de serviços de assistência judiciária pela seccional local da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em substituição à defensoria pública, estará incorrendo em dupla inconstitucionalidade – por ação e por omissão.

b) Para o STJ, as Defensorias Públicas estaduais podem atuar nos Tribunais Superiores, bastando a existência de lei específica e que os Estados organizarem suas Defensorias para atuar continuamente na Capital Federal, inclusive com sede própria.

c) De acordo com o STF, a Defensoria Pública não poderá estar subordinada ao Poder Executivo, salvo previsão em lei complementar.

d) De acordo com o que restou decidido na ADI 3943, a Defensoria Pública poderá atuar na área de tutela coletiva, sendo certo que a legitimidade da defensoria pública para ajuizar ação civil pública não está condicionada à comprovação prévia da hipossuficiência dos possíveis beneficiados pela prestação jurisdicional.

e) De acordo com o STF, deve existir a participação da defensoria pública na fixação dos limites para a proposta de seu próprio orçamento.

09. O constitucionalismo se confunde com a história da Constituição. Está relacionado à evolução histórico-constitucional de um determinado Estado, marcado por movimentos sociais, políticos e jurídicos, buscando a garantia de direitos fundamentais a separação dos poderes e a limitação do poder dos governantes. Sobre a Defensoria Pública e o Constitucionalismo no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Constituição Imperial de 1824 foi outorgada por Dom Pedro I. Em que pese a Constituição prever um rol de Direitos Cívicos e Políticos, a exemplo do direito à liberdade e à propriedade, na prática, a Constituição não possuía força normativa suficiente para conformar a realidade, existindo flagrante violação de direitos fundamentais – a exemplo da escravidão – bem como limitações à separação dos poderes, uma vez que tínhamos a figura do Poder moderador, concentrando os poderes, sobremaneira, nas mãos do monarca.

b) A Constituição de 1891, com forte inspiração americana, implementou no Brasil a República. Por ser uma Constituição influenciada por ideais liberais, previu um rol de direitos individuais, a exemplo da igualdade, liberdade de locomoção (incluindo a garantia do habeas corpus) e assistência judiciária, sendo certo que a ideia de assistência jurídica somente foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

c) A Constituição de 1937 inspirou-se no modelo de uma revolução polonesa, sendo a Constituição apelidada de “Polaca”, não estabelecendo previsão de assistência judiciária ou jurídica.

d) A previsão de que o Poder Público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados, estava prevista na Constituição de 1946.

e) A Constituição de 1967 estabelece a assistência judiciária, mas se utiliza de frase vaga, sem sujeito e em voz passiva, buscando minimizar a responsabilidade estatal para com esse direito fundamental.

10. Sobre o tema Judicialização de Políticas Públicas, inúmeras teses e ideias estão relacionadas a esse tema. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A tese da Reserva do Possível, com origem na Alemanha, busca limitar a concretização dos direitos fundamentais.

b) A ideia da dignidade da pessoa humana, no sentido Kantiano, busca considerar que o homem deve ser visto e tratado como um fim em si mesmo e não como um meio para se alcançar determinada finalidade.

c) O princípio da proporcionalidade coaduna-se com ideais de justiça, harmonia e equilíbrio, buscando a proibição do excesso e a proibição de proteção insuficiente.

d) O princípio do não retrocesso busca assegurar níveis gerais de proteção social alcançados, assegurando estabilidade às relações jurídicas, vedando qualquer medida destinada a reduzi-los, mesmo que decorra do legislador infraconstitucional ou do Poder Público em geral.

e) O mínimo existencial consiste no núcleo material da dignidade da pessoa humana, abrangendo, por exemplo saúde e educação, mas não o acesso à justiça.

11. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre fungibilidade no controle de constitucionalidade

a) ADPF não pode ser conhecida como ADI.

b) ADI não pode ser conhecida como ADPF.

c) não há fungibilidade entre ADI e ADO.

d) a ideia da fungibilidade é aplicável exclusivamente no âmbito recursal.

e) contrapõe-se, de um lado, a ideia de celeridade e instrumentalidade e, de outro, a necessidade de não baratear os institutos, motivo pelo qual não pode existir erro grosseiro, devendo a dúvida ser razoável.

12. Sobre a Lei n. 9.868/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa INCORRETA:

a) O Defensor Público-Geral Federal não é legitimado para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

b) A ação declaratória de constitucionalidade terá como objeto lei ou ato normativo federal.

c) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios.

d) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, se admitirá desistência caso seja a questão regulamentada por lei superveniente.

e) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

DIREITOS HUMANOS

Lúcia Reinert

13. Em relação ao Direito à moradia, assinale a alternativa incorreta, após a leitura do seguinte texto:

“(…) No entanto, o ser humano não é só corpo físico. Aliás, o que o diferencia dos outros seres é exatamente a sua mente, a sua intelectualidade, a sua consciência, que também necessita de abrigo, necessita de lugar. Precisa de um local onde possa pensar sem interrupções, interagir com outros seres com privacidade e amar sem que seja observado, conservar suas memórias, expressar sua individualidade, viver sem máscaras, repousar depois de um longo dia” (Direito à moradia adequada, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, 2003).

a) De acordo com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 e a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, o Brasil deve adotar medidas visando à implementação, ainda que progressiva, do direito à moradia, eis que direito social internacionalmente assegurado.

b) Do ponto de vista constitucional e jurídico, para ser compreendida como habitação digna, o direito à moradia deve contemplar condições mínimas para uma vida saudável, com segurança (inclusive do título, isto é, da posse), saneamento básico (água, esgoto, recolhimento de detritos), energia, com acesso para equipamentos públicos essenciais, como transporte, educação e saúde.

c) Além de garantir e efetivar o mínimo existencial do direito à moradia, cabe ao Estado adotar medidas visando à expansão progressiva desse direito, por meio de políticas públicas habitacionais, criação e regulamentação de instrumentos jurídicos, financeiros e administrativos.

d) De acordo com o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, os Estados-partes deveriam, tomar medidas imediatas com o objetivo de conferir segurança jurídica da posse sobre pessoas e domicílios em que falta proteção, em consulta real com pessoas e grupos afetados.

e) Embora o direito à moradia tenha previsão expressa no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 da ONU, não tem previsão na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948

14. Em relação a Teoria das gerações, ou dimensões dos Direitos Humanos, verifique quais afirmações são verdadeiras e falsas e assinale a alternativa correta:

I- A teoria foi desenvolvida no Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988

II- Cada geração foi associada a um dos componentes do dístico da Revolução Francesa: “liberdade, igualdade, fraternidade”.

III- De acordo com a teoria, são considerados direitos de 1ª geração, os direitos de liberdade; direitos individuais; direitos civis e políticos; direitos às prestações positivas, em que o Estado deve proteger a esfera de autonomia do indivíduo – papel passivo do Estado.

IV- Os direitos de 4ª Geração foram concebidos apenas no século XX e representam os direitos resultantes da globalização dos direitos humanos.

V- A concepção contemporânea dos Direitos Humanos critica a teoria geracional, pois transmite de forma errônea, o caráter de substituição de uma geração por outra.

a) V, V, V, V

b) F, V, F, V, V

c) F, F, V, V, F,

d) V, F, V, V, V

e) F, V, F, V, F

15. Em relação ao Direito das Empresas e Direitos Humanos, assinale a alternativa correta, com base nas afirmações abaixo mencionadas:

I) As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente. Deste modo, no Brasil, casos como o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), na Bacia do Rio Doce, em 5 de novembro de 2015, que até hoje não foi devidamente reparado, mostra a necessidade de uma nova etapa na

responsabilização das empresas perante o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

ii) As empresas devem evitar atividades que impactem negativamente sobre direitos humanos ou ainda buscar prevenir ou mitigar tais impactos relacionados com suas atividades empresariais.

iii) Os Estados devem estabelecer claramente a expectativa de que todas as empresas domiciliadas em seu território e/ou jurisdição respeitem os direitos humanos em todas suas operações.

IV) A responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos refere-se aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos – que incluem, no mínimo, os direitos enunciados na Carta Internacional de Direitos Humanos e os princípios relativos aos direitos fundamentais estabelecidos na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho.

- a) Todas são verdadeiras
- b) Todas são incorretas.
- c) Apenas uma está incorreta.
- d) Apenas duas estão corretas.
- e) Três são corretas

16. Em relação ao Esverdeamento dos Direitos Humanos, “Greening” e Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, assinale a alternativa incorreta:

- a) O princípio da proibição de retrocesso ecológico ou socioambiental é fruto da tutela constitucional (art. 225 da CF/88) e internacional do meio ambiente (Protocolo de San Salvador e Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, entre outros).
- b) O princípio da proibição do retrocesso ecológico restringe a discricionariedade do legislador (Estado-legislador) na adoção de medidas contrárias à proteção ambiental, bem como impede que haja regresso no que tange à estrutura organizacional do Estado (recursos humanos e materiais) voltada à implementação de políticas públicas.
- c) A proibição do retrocesso ecológico evita uma atuação legislativa e administrativa

inexistente ou insuficiente na promoção do direito ao meio ambiente, sendo também faceta da proibição da proteção deficiente dos direitos humanos.

d) O STF já reconheceu a proibição do retrocesso socioambiental, exigindo a avaliação da proporcionalidade e do respeito ao núcleo essencial dos direitos ecológicos por parte de novas medidas restritivas adotadas pelos Poderes Públicos.

e) De acordo com o desenvolvimento progressivo, os Estados-partes comprometem-se a adotar as providências, apenas no âmbito externo, mediante cooperação internacional, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires.

17. Em relação ao Direito à Liberdade de imprensa, expressão, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na ADPF 130, o STF entendeu que a Lei de Imprensa - Lei nº 5.250/67, não foi recepcionada pela Constituição de 1988
- b) De acordo com o STF, inexistente o direito à indenização em razão da divulgação, no jornal de grande circulação, de imagem do cadáver morto em via pública, sob pena de caracterizar censura.
- c) A liberdade de expressão autoriza que os meios de comunicação optem por determinados posicionamentos e exteriorizem seu juízo de valor, bem como autoriza programas humorísticos, “charges” e sátiras realizados a partir de trucagem, montagem ou outro recurso de áudio e vídeo, como costumeiramente se realiza, não havendo nenhuma justificativa constitucional razoável para a interrupção durante o período eleitoral.
- d) A liberdade de expressão autoriza que os meios de comunicação optem por determinados posicionamentos e exteriorizem seu juízo de valor, bem como autoriza programas humorísticos, “charges” e sátiras realizados a partir de trucagem, montagem ou outro recurso de áudio e vídeo, como costumeiramente se

realiza, devendo tais programas, charges e sátiras serem suspensas durante o período eleitoral.

e) São inconstitucionais quaisquer leis ou atos normativos tendentes a constringer ou inibir a liberdade de expressão a partir de mecanismos de censura prévia.

18. De acordo com o Estatuto de Roma são considerados crime contra a humanidade:

a) Apenas os previstos expressamente em lei, eis que os crimes e atos desumanos são taxativos.

b) O crime de apartheid não foi incluído como crime de lesa humanidade pelo Estatuto de Roma, ainda que a doutrina reconheça a imprescindibilidade de tal conduta e a necessidade do reconhecimento.

c) O direito costumeiro internacional define como crimes de lesa-humanidade condutas como desaparecimentos forçados, execuções sumárias de pessoas ("execuções extrajudiciais"), tortura e outros delitos cometidos no contexto de ataque sistemático ou generalizado à população civil.

d) Os delitos de lesa-humanidade não devem ser submetidos à jurisdição universal e declarados imprescritíveis, conforme prevê a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, adotada pela Resolução 2391 da ONU.

e) O Brasil subscreveu a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, por tal motivo o STF decidiu no EXT 1362/DF que os crimes são imprescritíveis.

19. Em relação a hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

a) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

b) Trata-se de verdadeira consagração da primazia dos direitos humanos, além de

constituírem fontes de direitos explícitos, razão pela qual houve o afastar da hipótese constitucional da prisão civil do depositário infiel (art. 5º, LXVII – CF/88).

c) Trata-se de verdadeira consagração da primazia dos direitos humanos, além de constituírem fontes de direitos explícitos, razão pela qual não houve o afastar da hipótese constitucional da prisão civil do depositário infiel (art. 5º, LXVII – CF/88).

d) A Constituição Federal em seu artigo 5º, §3º, dispõe que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais

e) A Constituição Federal em seu artigo 5º, §3º, dispõe que "os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais"

20. São características dos direitos humanos, exceto:

a) Proibição do retrocesso

b) Historicidade

c) Divisibilidade

d) Interdependência

e) Inalienabilidade

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lúcia Reinert

21. De acordo com a jurisprudência atualizada do STJ, assinale a alternativa incorreta:

a) As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

b) Esse dever de zelar pela correta comercialização de revistas pornográficas, em

embalagens opacas, lacradas e com advertência de conteúdo se limita aos editores e comerciantes.

c) Esse dever de zelar pela correta comercialização de revistas pornográficas, em embalagens opacas, lacradas e com advertência de conteúdo, não se limita aos editores e comerciantes.

d) Esse dever de zelar pela correta comercialização de revistas pornográficas, em embalagens opacas, lacradas e com advertência de conteúdo, não se limita aos editores e comerciantes, mas se estende a todos os integrantes da cadeia de consumo, inclusive aos transportadores e distribuidores

e) As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.

22. A mãe de João decidiu processar o canal de Televisão, pois foi surpreendida vendo o filho dela, de 10 anos de idade, assistindo cenas de violência e de sexo, na sessão da tarde daquele canal televisivo. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta, conforme entendimento do STJ.

a) O Estado deve determinar que os programas somente possam ser exibidos em determinados horários, com fulcro no princípio da proteção integral, razão pela qual filmes de sexo e violência deveriam ser passados apenas em determinados horários.

b) O Poder Público pode apenas recomendar os horários adequados, mas a classificação dos programas é obrigatória, de modo que com o entendimento do STJ os direitos de João foram violados.

c) É possível, ao menos em tese, que uma emissora de televisão seja condenada ao pagamento de indenização por danos morais coletivos em razão da exibição de filmes fora do horário recomendado pelo órgão competente, desde que fique constatado que essa conduta afrontou gravemente os valores e interesses coletivos fundamentais

d) De acordo com o entendimento do pleno do STF, no julgamento da ADI 2404/DF, o Poder Público não pode recomendar os horários

adequados para a transmissão dos programas de televisão.

e) A despeito de ser a classificação da programação apenas indicativa e não proibir a sua veiculação em horários diversos daquele recomendado, não cabe ao Poder Judiciário controlar eventuais abusos e violações ao direito à programação sadia,

23. Em relação a destituição do poder familiar, a manutenção dos vínculos e ação de guarda, assinale a alternativa correta, conforme entendimento do STJ.

a) A mãe biológica detém legitimidade para recorrer da sentença que julgou procedente o pedido de guarda formulado por casal que exercia a guarda provisória da criança, mesmo se já destituída do poder familiar em outra ação proposta pelo Ministério Público, exceto se transitada em julgado.

b) O fato de a mãe biológica ter sido destituída, em outra ação, do poder familiar em relação a seu filho, significa que ela não tem mais a legitimidade recursal na ação de guarda

c) Enquanto não cessado o vínculo de parentesco com o filho, através da adoção, que extingue provisoriamente o poder familiar dos pais biológicos, é possível a ação de restituição do poder familiar, a ser proposta pelo legítimo interessado, no caso, os pais destituídos do poder familiar.

d) Enquanto não cessado o vínculo de parentesco com o filho, através da adoção, que extingue definitivamente o poder familiar dos pais biológicos, é possível a ação de restituição do poder familiar, a ser proposta pelo legítimo interessado, no caso, os pais destituídos do poder familiar.

e) A mãe biológica não legitimidade para recorrer da sentença que julgou procedente o pedido de guarda formulado por casal que exercia a guarda provisória da criança

24. De acordo com o artigo 42 do ECA, assinale a alternativa correta.

- a) Podem adotar os maiores de 16 (dezesseis) anos, independentemente do estado civil.
- b) Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- c) Para adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- d) O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
- e) Não podem adotar os descendentes e os irmãos do adotando.

25. Em relação ao “toque de recolher” assinale a alternativa incorreta, conforme entendimento do STJ.

- a) Conforme autoriza o art. 149 do ECA, o juiz pode disciplinar, por portaria, a entrada e permanência de criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsáveis em estádios, bailes, boates, teatros etc. No entanto, essa portaria deverá ser fundamentada, caso a caso, sendo vedada que ela tenha determinações de caráter geral.
- b) É ilegal portaria do Juizado da Infância e Juventude que estabeleça toque de recolher, eis que é preciso delimitar o poder normativo da autoridade judiciária, em respeito ao Poder Legislativo.
- c) A portaria do Juiz da Infância e da Juventude não poderá ter caráter geral e abstrato, ou seja, não poderá ter características próprias de uma lei, sob pena de violar o princípio constitucional da separação de poderes.
- d) O STJ tem decidido que as portarias, de caráter geral, editadas pelos juízes da infância e da juventude são ilegais, pois elas devem ser fundamentadas caso a caso.
- e) Assim como o Código de Menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente admite o toque de recolher, como instrumento de proteção da criança e do adolescente.

26. Em relação ao direito de defesa do adolescente e o direito a constituição de um

defensor da sua escolha ou designação de um defensor nomeado pelo Estado, assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo as Diretrizes de Riad, o jovem terá direito a se fazer representar por um advogado durante todo o processo ou a solicitar assistência judiciária gratuita, quando prevista nas leis do país.
- b) O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.
- c) De acordo com o ECA, será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, constituído e tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.
- d) O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, será processado sem defensor, exceto se ausente ou foragido.
- e) Em nenhuma hipótese o adolescente será processado por apuração de ato infracional sem defensor, eis que deve ser assegurada a ampla defesa e o contraditório.

27. Em relação a aplicação das medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta:

- a) Ao completar 18 anos, o adolescente atinge a plena capacidade, ostentando a maioridade civil e a imputabilidade penal (art. 228 da CF).
- b) Em situações excepcionais, o Estatuto permanece aplicável às pessoas entre 21 e 24 anos.
- c) Conforme determina Estatuto da Criança e do Adolescente, a desinternação será compulsória aos 18 anos de idade
- d) De acordo com entendimento sumulado do STJ, o advento da maioridade é óbice à aplicação das medidas socioeducativas.
- e) De acordo com o Sinase, a maioridade colocaria fim às medidas socioeducativas (principalmente às medidas em meio aberto).

28. Em relação a medida socioeducativa, assinale a alternativa correta:

- a) As medidas de advertência têm duração continuada, prorrogando-se no tempo.
- b) A liberdade assistida terá prazo mínimo de 1 ano.
- c) A prestação de serviço à comunidade tem prazo determinado sendo no mínimo de 6 meses de duração.
- d) A lei fixa o tempo mínimo de internação, mas não o máximo de duração da medida socioeducativa.
- e) A liberdade assistida tem prazo mínimo determinado em lei, enquanto a prestação de serviços à comunidade tem prazo mínimo indeterminado pela lei.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

29. Assinale a alternativa correta sobre as teorias e as funções das penas:

- a) Segundo a teoria absoluta ou da retribuição, a pena é um meio para se alcançar determinados resultados, que variam conforme a vertente adotada.
- b) Para a prevenção geral negativa, a pena busca evitar que o agente volte a delinquir.
- c) Consoante preconiza a teoria da prevenção especial positiva, a pena visa à ressocialização do agente. Deste modo, a imposição das sanções penais teria como objetivo a reinserção do indivíduo na sociedade, reeducando-o em razão da conduta ilícita praticada para que ele não reincida.
- d) Segundo a teoria correcionalista, a pena possui a finalidade de reparação, representando tal concepção uma terceira via quanto à função das penas.
- e) O Código Penal não faz referência a nenhuma teoria, abrindo espaço para o desenvolvimento da doutrina a respeito.

30. Assinale a alternativa correta sobre as alterações da Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime:

a) Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em estrito cumprimento do dever legal o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

b) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.

c) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da Fazenda Pública e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

d) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

e) O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que, deste outros requisitos, esteja comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena; não cometimento de falta grave nos últimos 12 (doze) meses; bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído; e aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto.

31. Julgue os itens a seguir:

I – No Município de Maringá, existe lei que prevê que os moradores só podem sair de casa com utilização de máscaras de proteção, durante o período da pandemia. Ovídio, de 20 anos de idade, tenta entrar no supermercado sem o uso do equipamento de proteção. Foi orientado pelo gerente, que inclusive lhe ofereceu uma máscara descartável nova, mas se recusou e tentou ingressar assim mesmo. Os seguranças do estabelecimento, então, a impedem de ingressar e acionam a Polícia Militar. Ovídio não cometeu delito, dada a sua

liberdade de ir e vir, e o gerente e os seguranças praticaram o crime de constrangimento ilegal.

II- Malandrino e Nero, reincidentes na prática de delitos patrimoniais, decidiram, no pico da pandemia de Covid-19, subtrair respiradores do Hospital Municipal de Toledo. Praticaram o delito de subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.

III - Sófocles, de vinte anos de idade, adentrou em uma loja e, apontando uma arma de fogo para o gerente do estabelecimento, retirou todo o dinheiro do caixa e o colocou em sua mochila. Ao sair da padaria levando o dinheiro, o agente foi abordado por policiais militares que passavam pelo local. Praticou, portanto, o crime de roubo, na modalidade consumada.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) I e III.
- e) II.

32. Conforme notícia publicada nos jornais, dois amigos foram à caça de javali, conforme permitido por lei. Com o avançar da hora, um deles acaba disparando e acertando o amigo, apesar de imaginar que acertava um javali. O amigo morre. Assinale a alternativa correta:

- a) O caçador deve responder por homicídio culposo, caso tenha faltado com o dever de cuidado.
- b) O caçador deve responder com a pena diminuída, de um sexto a um terço.
- c) O caçador deve responder por homicídio doloso, tendo em vista que houve *aberratio criminis*, o que não impede que ele responda pelo delito.
- d) O caçador não deve responder, já que o erro exclui a ilicitude de sua conduta.
- e) O caçador não deve responder penalmente, por ausência de culpabilidade, já que lhe faltou potencial consciência da ilicitude.

33. Em Curitiba, em dezembro de 2019, Eduardo apontou uma faca e exigiu da vítima a

entrega de sua carteira e, ao perceber que havia um cartão de crédito, exigiu que a vítima lhe entregasse a senha.

Em Londrina, dois meses depois, Eduardo subiu em um ônibus e abordou todos os passageiros, exigindo que todos entregassem os seus celulares, ameaçando-os com uma arma de fogo.

Eduardo cometeu os seguintes crimes:

- a) Em Curitiba, Eduardo cometeu o crime de roubo simples. Em Londrina, praticou um crime de roubo majorado.
- b) Em Curitiba, Eduardo cometeu os crimes de roubo majorado e de extorsão, em concurso. Em Londrina, praticou crimes de roubo simples, em concurso.
- c) Em Curitiba, Eduardo cometeu os crimes de roubo simples e de extorsão, em concurso. Em Londrina, praticou um crime de roubo majorado.
- d) Em Curitiba, Eduardo cometeu os crimes de roubo simples e extorsão, em concurso. Em Londrina, praticou crimes de roubo majorado, em concurso formal.
- e) Em Curitiba, Eduardo cometeu o crime de extorsão. Em Londrina, praticou crimes de roubo, em concurso majorado.

34. Analise as seguintes assertivas sobre o concurso de crimes e continuidade delitiva:

I – A continuidade delitiva (crime continuado) pode ser reconhecida quando se tratar de delitos de mesma espécie ocorridos em comarcas limítrofes ou próximas.

II – Sobre a continuidade delitiva, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria objetivo-subjetiva na qual exige a presença de requisitos do art. 71 do Código Penal e unidade de desígnios. O STJ interpreta a lei penal do mesmo modo, exigindo os elementos expressos para configuração do crime continuado.

III – No caso de pluralidade delitiva, deve-se adotar, na determinação da pena, o sistema da exasperação, quando se tratar de casos de concurso formal imperfeito.

IV – Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na

sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

35. Assinale a alternativa correta, nos termos da jurisprudência sumulada do STJ:

- a) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.
- b) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- c) Pode-se declarar a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- d) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, caso praticada em situação de autodefesa.
- e) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

Criminologia

Beatriz Pestilli

36. É possível concluir que a moderna Criminologia se utiliza de métodos específicos de estudo para trabalhar com objetos definidos, de forma distinta das demais Ciências Criminais. Assinale a alternativa que engloba de forma correta os conceitos mencionados acima.

- a) A Criminologia utiliza como um de seus métodos de estudo o controle social do criminoso, como forma de impedir sua reincidência.
- b) A Criminologia pode ser definida como uma ciência empírica e interdisciplinar que tem por

objeto de análise o criminoso e como controlá-lo e puni-lo, sendo basicamente uma ciência explicativa do delito.

c) A Criminologia pode ser conceituada como uma ciência do dever ser (dogmática), que se utiliza de métodos biológicos, psicológicos e sociológicos.

d) A Criminologia tem como principais objetos de estudo a delinquência juvenil, a vítima, o empirismo e a interdisciplinaridade.

e) A Criminologia extrapola a análise do controle social formal do crime, preocupando-se também com os sistemas informais, e, sob um ponto de vista crítico, pode até mesmo defender a extinção de alguns crimes para determinadas condutas.

37. Assinale a alternativa que contenha, respectivamente, alguns dos principais postulados das Escolas Clássica e Positiva da Criminologia:

- a) Responsabilidade penal decorrente do livre arbítrio e responsabilidade penal decorrente do determinismo.
- b) Comprovação da criminalidade real versus criminalidade revelada e método experimental, caracterizado pela observação do mundo real.
- c) Pena indeterminada com finalidade de defesa social e método de estudo abstrato-teórico.
- d) Pena indeterminada com finalidade de punição pelo comportamento delitivo e método experimental, caracterizado pela observação do mundo real.
- e) Responsabilidade penal decorrente do determinismo e responsabilidade penal decorrente do livre arbítrio.

38. A explicação de que a criminalidade não é o resultado de uma qualidade da conduta humana, mas a consequência de um processo social em que se atribui o estigma de criminoso a indivíduos específicos, é o pensamento principal de qual destas Teorias Criminológicas:

- a) Teoria Radical
- b) Escola de Chicago
- c) Teoria da Subcultura Delinquente
- d) Labelling Approach

e) Teoria da Anomia

39. Sobre o estudo da vitimologia e do processo de vitimização, é possível afirmar:

- a) A vitimização primária, também chamada de revitimização, decorre do tratamento ruim dado à vítima nas instâncias de controle formal.
- b) Periculosidade vitimal pode ser entendida como o comportamento inadequado de quem se expõe a situações desnecessárias de risco.
- c) Os objetos de estudo da vitimologia são: o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.
- d) Na vitimologia, o conceito de vítima corresponde ao sujeito passivo que sofre as consequências de um crime.
- e) A vitimização secundária é decorrente do próprio delito, consequência direta do crime.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

40. A respeito da competência no processo penal, é correto afirmar:

- a) A competência será, em regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for iniciada a execução.
- b) O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, na modalidade de emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde obtida a vantagem ilícita pelo agente, qual seja, aquele em que o cheque foi entregue à vítima.
- c) O critério supletivo ou subsidiário para fixação da competência será o domicílio ou residência do réu.
- d) No concurso de jurisdições da mesma categoria sempre firmar-se-á a competência pela prevenção.
- e) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes e obrigatória quando excessivo o número de acusados, para não lhes prolongar a prisão provisória.

41. Assinale a alternativa correta em relação às provas, de acordo com o Código de Processo Penal em sua redação vigente (determinada pelo Pacote Anticrime) e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- b) Depois de devidamente qualificado e cientificado do teor da acusação, o acusado será informado, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer em silêncio, o qual poderá ser interpretado em seu prejuízo.
- c) A não observância da ordem de tomada dos depoimentos, com interrogatório do réu ao início da audiência, importa em nulidade absoluta, sendo prescindível a demonstração de prejuízo.
- d) Quando a infração deixar vestígios, será necessário o exame de corpo de delito, direto ou indireto, o qual poderá ser dispensado se houver confissão do acusado.
- e) Nos exatos termos da lei, o juiz não poderá ouvir testemunhas que não tenham sido indicadas previamente pelas partes, sob pena de cerceamento de defesa.

42. Avalie as assertivas a seguir de acordo com o entendimento dos tribunais superiores.

I – A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.

II – No caso de furto de energia elétrica mediante fraude, o adimplemento do débito antes do recebimento da denúncia extingue a punibilidade.

III – É ilícita a revista pessoal realizada por agente de segurança privada e todas as provas decorrentes desta.

IV – A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do preso provisório em regime prisional mais gravoso.

Está correto o que se afirma apenas nas assertivas:

- a) I, II e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) I e III.

43. Acerca das nulidades no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui nulidade absoluta a falta da intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública.
- b) Todas as hipóteses de nulidade devem ser arguidas em tempo oportuno, fixado em lei, sob pena de preclusão.
- c) As nulidades verificadas após a decisão de primeira instância devem ser arguidas nas razões de recurso ou logo depois de anunciado o julgamento do recurso e apregoadas as partes.
- d) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência, sendo, portanto, despicienda declaração nesse sentido.
- e) Segundo entendimento uníssono dos tribunais superiores, não se exige prejuízo para a declaração de nulidades absolutas.

44. Em relação à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 2 (dois) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal.
- b) Nos casos de ação penal pública, considerar-se-á perempta a ação penal quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- c) Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo,

ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.

d) A renúncia ao exercício do direito de queixa pode ocorrer em favor de um dos autores do crime e não se estender aos demais.

e) O perdão concedido a um dos querelados não será extensível aos demais, salvo concessão expressa pela parte ofendida.

45. Considere as afirmações a seguir a respeito das nulidades e marque a alternativa correta.

a) A ausência de defensor público, devidamente intimado, à sessão de julgamento dos recursos, implica nulidade processual.

b) Constitui nulidade processual a ausência de intimação da defesa sobre data de audiência designada no juízo deprecado.

c) É ilícita a prova obtida mediante conduta da autoridade policial que atende, sem autorização, o telefone móvel do acusado e se passa pela pessoa sob investigação.

d) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios praticados em desfavor da parte prejudicada.

e) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a defesa.

46. Em relação aos recursos, assinale a alternativa incorreta.

a) É cabível recurso em sentido estrito para impugnar decisão que indefere produção antecipada de prova, nas hipóteses do art. 366 do CPP.

b) Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal.

c) O recurso cabível contra a sentença de impronúncia é a apelação.

d) A apelação da sentença absolutória não impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

e) Após apresentação das razões do recurso em sentido estrito, será aberta vista ao recorrido. Se o recorrido for o réu, será intimado do prazo pessoalmente.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

47. Durante uma partida de futebol entre Atlético-PR e Curitiba, clássico do Estado do Paraná, Michel, torcedor insatisfeito com o resultado do jogo, decide, voluntariamente, pular o alambrado e invadir o campo. Foi detido pela polícia militar em flagrante. Pode-se afirmar que Michel praticou:

- a) fato atípico.
- b) invasão de local restrito aos competidores em eventos esportivos.
- c) ameaça.
- d) constrangimento ilegal.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

48. Qual das informações abaixo não integra o conceito de terrorismo expresso na Lei Antiterror (Lei 13.260/2016):

- a) discriminação de raça.
- b) discriminação de cor.
- c) discriminação de etnia.
- d) discriminação de grupo nacional.
- e) discriminação de religião.

49. Nos termos da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organizações Criminosas), compete ao defensor público nomeado para o colaborador que não tem advogado constituído, exceto:

- a) providenciar procuração com poderes específicos para defender o réu em processos envolvendo crime de organização criminosa.
- b) participar de todas as tratativas sobre colaboração premiada.
- c) tem amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) participar da oitiva isolada e sigilosa feita pelo juiz após a realização do acordo.
- e) participar da renúncia do direito ao silêncio por parte do colaborador.

50. Assinale a alternativa incorreta sobre as disposições normativas da Lei nº 9.296/96 (Interceptação telefônica e captação ambiental)

- a) A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- b) a lei das interceptação das comunicações telefônicas permite a interceptação das comunicações telemáticas.
- c) para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, a autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.
- d) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.
- e) a interceptação das comunicações telefônicas pode ser originalmente decretada para a investigação de atos de improbidade administrativa.

51. A respeito do ato de criminalizar condutas pelo Congresso Nacional, aponte a alternativa correta:

- a) Houve mora do Congresso Nacional em criminalizar condutas que atingem os grupos vulneráveis representados em nosso País.
- b) Não há hoje a possibilidade de se punir a homotransfobia por ausência de lei penal em sentido formal.
- c) Constitui crime de homofobia a idealização de que homossexuais são pecadores religiosos.
- d) O conceito de raça pode ser ampliado pelo hermenêutica judicial para tornar outras formas de racismo, não previstas em lei, como imprescritíveis.
- e) Na ausência injustificada de aprovação de novos crimes, pode o chefe do Poder Executivo fazê-lo por meio de medida provisória, desde que a tutela dos direitos fundamentais demande urgência em sua proteção.

52. Sobre a nova lei de abuso de autoridade e o texto final da Lei 13.869/2019, pode-se afirmar que:

- a) é fruto de vetos pela Presidência da República e rejeições de veto pelo Congresso Nacional.
- b) pode punir a título de dolo direto, sendo dispensável qualquer finalidade específica.
- c) a divergência no momento de aplicação da lei não pode servir de escudo contra atos de abuso de autoridade.
- d) a ação penal privada, nos crimes da nova lei, de condicionadas à requisição dos respectivos chefes de repartição, locais em que os agentes investigados estão lotados e exercem as suas funções.
- e) Não existem infrações penais de menor potencial ofensivo expressas na *novatio legis* por força da relevância da tutela penal específica.

EXECUÇÃO PENAL

Ivan Marques

53. A respeito das regras mínimas para tratamento de presos, conhecidas como Regras de Mandela, aponte a única alternativa que contém uma impropriedade:

- a) A disciplina e a ordem devem ser mantidas, mas sem maiores restrições do que as necessárias para garantir a custódia segura, a segurança da unidade prisional e uma vida comunitária bem organizada.
- b) Os presos devem ser alocados, na medida do possível, em unidades prisionais próximas às suas casas ou ao local de sua reabilitação social, admitindo exceção para líderes de organizações criminosas.
- c) Todos os ambientes de uso dos presos e, em particular, todos os quartos, celas e dormitórios, devem satisfazer as exigências de higiene e saúde, levando-se em conta as condições climáticas e, particularmente, o conteúdo volumétrico de ar, o espaço mínimo, a iluminação, o aquecimento e a ventilação.
- d) As celas ou quartos destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de

um preso. Se, por razões especiais, tais como superlotação temporária, for necessário que a administração prisional central faça uma exceção à regra, não é recomendável que dois presos sejam alojados em uma mesma cela ou quarto.

e) Deverá existir um sistema padronizado de gerenciamento dos registros dos presos em todos os locais de encarceramento. Tal sistema pode ser um banco de dados ou um livro de registro, com páginas numeradas e assinadas. Devem existir procedimentos que garantam um sistema seguro de trilhas de auditoria e que impeçam o acesso não autorizado ou a modificação de qualquer informação contida no sistema.

54. O chamado pacote anticrime (Lei 13.964/2019) modificou quase integralmente os requisitos objetivos para documentar o requerimento de progressão de regime. Alterou-se o sistema de frações por porcentagens. A respeito dos novos patamares para fins de progressão de regime, aponte a porcentagem correta para a situação correspondente:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- b) 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for reincidente.
- c) 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte.
- d) 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
- e) 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.

55. O Paraná foi o primeiro Estado da Federação a regulamentar a Remição pela Leitura no âmbito dos Estabelecimentos Prisionais, instituído pela Lei Estadual n.º

17.329/12, como meio de viabilizar a remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal n.º 12.433 de 29 de junho de 2011. A respeito da remição da pena pelo estudo, indique a alternativa incorreta:

- a) A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.
- b) O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena.
- c) O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena.
- d) Pela ausência de previsão legal, não se compatibiliza o trabalho e o estudo no mesmo dia, ou seria possível remir 2/3 da pena a cada 3 dias trabalhando e estudando.
- e) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

56. A respeito da atuação da Defensoria Pública do Estado na fase de Execução Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Incumbe ao Órgão fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana.
- b) Incumbe aos defensores públicos a apresentação de relatórios mensais ao Juiz da Execução e ao Conselho Penitenciário.
- c) O órgão da Defensoria Pública visitará periodicamente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.
- d) O pagamento de réus presos com condições financeiras pode ser feito diretamente no setor de pecúlio, recebendo a Defensoria Pública um cheque administrativo em favor da Instituição.
- e) É vedado ao defensor público que atua em Presídio elaborar requerimento coletivo de saída temporária ao Juiz da Vara das Execuções Penais.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

57. Padmé e Anakin foram casados no regime da comunhão parcial de bens e tiveram dois filhos, Luke e Leia, ambos menores de idade. Durante o casamento, adquiriram onerosamente uma única casa no interior de São Paulo, que serve de moradia para a família. Padmé faleceu sem deixar outros bens ou disposição testamentária e, além do marido e filhos, também deixou os pais, idosos, vivos. Diante desses fatos,

- a) Anakin é proprietário de metade do imóvel, em razão da meação, e tem direito real de habitação, ao passo que a outra metade deve ser dividida apenas entre Luke e Leia.
- b) o imóvel deve ser partilhado por cabeça, em porções iguais entre Anakin, Luke, Leia e os pais de Padmé.
- c) Anakin é proprietário de metade do imóvel, em razão da meação, e a outra metade deve ser dividida em porções iguais entre os pais e os filhos de Padmé.
- d) o imóvel deve ser dividido somente entre Luke e Leia, uma vez que são menores, cabendo a Anakin somente o direito real de habitação, além de não haver, ainda, direitos sucessórios aos pais de Padmé nesse caso.
- e) como ambos os filhos herdeiros são comuns do casal, o imóvel deve ser destinado exclusivamente ao marido Anakin, em razão da meação e da sucessão, pois os filhos receberão a herança de seu genitor oportunamente.

58. Quanto aos alimentos gravídicos, assinale a alternativa correta.

- a) geram efeitos imediatamente a partir da data em que foram fixados.
- b) deve ser fixado diante de mero indício de gravidez.
- c) não autorizam a prisão civil do devedor, uma vez que tratam-se de alimentos deferidos com base em juízo de probabilidade.
- d) devem ser automaticamente convertidos em pensão alimentícia em favor do recém-nascido, independentemente de pedido expresso ou de pronunciamento judicial.

e) dependem de prova da paternidade para a constatar a observância da legitimidade passiva do devedor dos alimentos.

59. George, desempregado e beneficiário de programas de proteção social, foi aprovado nas etapas preliminares de concurso público para polícia civil de uma pequena cidade no interior do Pará e, como requisito para a posse, precisava passar por avaliação médica de caráter eliminatório. Entretanto, quando estava indo até o local da perícia, sofreu um atropelamento, sendo hospitalizado em seguida.

Por razão da internação, George acabou perdendo o prazo para a realização dos exames e foi eliminado do certame. Diante desta situação, George faz jus

a) aos danos morais e materiais decorrentes do acidente, inclusive a uma indenização proporcional à perda da chance de tomar posse no cargo.

b) somente aos danos materiais, mas não há falar-se em danos morais à espécie, por se tratar de mero aborrecimento da vida em sociedade.

c) aos danos morais e materiais decorrentes do acidente, mas a possibilidade de aprovação no certame não deve ser valorada na quantificação dos danos, por se tratar de mera expectativa de direito.

d) aos danos morais e materiais decorrentes do acidente, inclusive à integralidade dos vencimentos a que faria jus se tivesse sido investido no cargo.

e) somente aos danos morais, mas não há falar-se em danos materiais, uma vez que estava desempregado, de modo que não há falar-se em lucros cessantes.

60. Acerca dos princípios aplicáveis à família, assinale a alternativa correta.

a) o casamento homoafetivo é possível mas, por falta de previsão legal não estabelece relações sucessórias, devendo os cônjuges homoafetivos beneficiarem-se por meio de testamento.

b) à união estável aplicam-se somente as normas do direito civil obrigacional, acrescidas

daquelas que amparam a mulher previdenciariamente e no reconhecimento da constituição de patrimônio comum.

c) nada obstante a igualdade jurídica entre homem e mulher, ressalva-se a preferência masculina quanto à coordenação do núcleo familiar.

d) os filhos possuem direitos iguais, independentemente de sua origem, salvo aqueles adotados após a maioridade, em relação a restrições sucessórias, somente.

e) a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica.

61. Tino, brasileiro, viaja à Monte Carlo, com a família a passeio. Vai a um cassino, no qual perde no jogo valor equivalente a R\$ 200.000,00. Volta ao Brasil sem pagar a dívida, mas o cassino busca soluções judiciais para o pagamento da respectiva dívida. Considerando a legalidade da cobrança, neste caso deverá ser aplicada a lei

a) brasileira, porque aplicar-se a lei estrangeira para obrigações contraídas por cidadão brasileiro infringiria a soberania nacional e os bons costumes.

b) de Mônaco, no tocante ao direito material, uma vez que a obrigação foi constituída nos Estados Unidos, examinando-se sua compatibilidade ou não com a lei brasileira no exame dos conceitos de ordem pública, soberania e bons costumes.

c) de Mônaco, por se tratar de atividade legal naquele país, examinando-se no Brasil somente os aspectos formais da constituição da obrigação, para ser eficaz a cobrança judicial em nosso país.

d) brasileira, pela inexistência de previsão de cabimento de leis estrangeiras às obrigações, ainda que constituídas fora do país.

e) brasileira, uma vez que Tino é brasileiro, levando-se em conta somente o conceito de obrigação natural da dívida de jogo para ser ou não eficaz para a cobrança.

62. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

a) A reparação do dano material dependerá sempre de apuração de culpa, enquanto a reparação do dano moral dar-se-á pelo só fato da coisa; a indenização mede-se pela extensão do dano material ou pela gravidade da conduta do ofensor na apuração do dano moral.

b) Todas as situações de fato previstas no Código Civil dependem da caracterização de culpa ou dolo, presumindo-se a culpa quando a responsabilidade se der pelo risco atividade.

c) De acordo com o Código Civil, toma-se como regra que a responsabilidade é subjetiva e a indenização mede-se pela extensão do dano; no entanto, haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

d) Em regra, a responsabilidade é objetiva e a indenização mede-se pela gravidade da culpa; as atividades de risco conduzem à responsabilidade objetiva integral.

e) Todas as situações de fato previstas podem implicar responsabilidade subjetiva ou objetiva, dependendo das circunstâncias a serem examinadas; a indenização mede-se sempre pela extensão do dano, somente.

63. Com relação ao direito das sucessões, analise as alternativas a seguir.

I - Dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

II - A sucessão regula-se pela lei vigente na época de abertura do inventário.

III - Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros testamentários.

Está correto o que consta de:

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

64. No que diz respeito ao Condomínio Edifício,

a) as obras ou reparos, mesmo que necessários, dependem de autorização prévia em assembleia para serem realizadas.

b) a realização de obras voluptuárias depende do voto da maioria dos condôminos, devendo ser debatida em assembleia presencial.

c) a construção de um novo pavimento depende da aprovação da maioria absoluta dos condôminos.

d) as despesas decorrentes da manutenção das partes comuns de uso exclusivo de um dos condôminos devem ser custeadas, igualmente, por todos os demais condôminos.

e) o adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas e juros moratórios.

65. Considerando a previsão legal e os entendimentos jurisprudenciais acerca dos bens, é incorreto afirmar:

Considerando a situação hipotética apresentada, tal contrato é

a) São bens imóveis os materiais temporariamente separados de um prédio.

b) Os aparelhos de adaptação para direção por deficiente físico são pertencas.

c) A energia extraída de uma usina hidrelétrica é um bem móvel.

d) É possível convencionar a indivisibilidade de bens naturalmente divisíveis e fungíveis.

e) O imóvel financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação e ocupado por particular há mais de 15 (quinze) anos é considerado bem público, não sendo suscetível, portanto, de usucapião.

66. Jair adquiriu um lote de terra em área próxima ao Município de Altamira, onde pretendia aposentar-se e viver da agricultura juntamente com sua esposa, Michele, e seus cinco filhos. Entretanto, após a conclusão do negócio, veio a descobrir que o imóvel se encontra em uma área de território quilombola,

de modo que não poderá utilizar o imóvel da maneira como deseja.

Após muito esbravejar, Jair procurou seu advogado, Ricardo, que afirmou que neste caso, haveria elementos para afirmar que o negócio pode ser anulado por

- a) lesão.
- b) erro accidental.
- c) erro essencial.
- d) estado de perigo.
- e) onerosidade excessiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

67. Em relação aos pressupostos processuais, são pressupostos negativos, exceto:

- a) inexistência de coisa julgada.
- b) inexistência de convenção de arbitragem.
- c) inexistência de litispendência.
- d) nas demandas petitorias, a existência de processo possessório pendente.
- e) inexistência de perempção.

68. No que se refere ao dever das partes e dos procuradores, assinale a alternativa correta:

- a) O CPC/15, da mesma maneira que previa o CPC/73, prevê hipóteses de ato atentatório à dignidade da justiça, ato atentatório à dignidade de jurisdição e litigância de má-fé;
- b) Comete ato atentatório à dignidade da justiça o sujeito que promove inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.
- c) O descumprimento de uma ordem judicial que leva à imposição de astreintes não pode ser simultaneamente considerado como ato atentatório à dignidade da justiça.
- d) Não há ato atentatório à dignidade da justiça quando a parte conscientemente leva ao Poder Judiciário pretensão com fundamentação teratológica, demonstrando claramente o abuso de litigar.
- e) As partes podem produzir provas e praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à

defesa do direito, pois está dentro do direito constitucional à ampla defesa.

69. Sobre a citação, assinale a alternativa correta:

- a) A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadas para sua realização, incorrerá em multa de 3 vezes o salário-mínimo.
- b) Para corrente majoritária, a citação é tida como um requisito de validade do processo, e não pressuposto de existência do processo.
- c) De acordo com o STJ, a apresentação de procuração e a retirada dos autos efetuada por advogado, ainda que destituído de poderes para receber a citação, é suficiente para configurar comparecimento espontâneo do réu.
- d) O juiz não pode, de ofício, reconhecer a falta ou nulidade da citação, dependendo de provocação da parte nesse sentido, em obediência ao princípio da inércia jurisdicional.
- e) Dentre outras hipóteses, não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, de noivos, nos 02 primeiros dias seguintes ao casamento;

70. Sobre a preclusão, assinale a alternativa incorreta:

- a) Pode ser vista como uma técnica processual que concretiza os princípios da proteção da confiança, boa-fé e duração razoável do processo.
- b) Nos casos de iminência do transcurso do prazo, o advogado pode agir até mesmo sem procuração para impedir a preclusão temporal.
- c) A preclusão lógica decorre essencialmente da proibição do *venire contra factum proprium*, corolário do princípio da boa-fé objetiva.
- d) A preclusão consumativa é a perda de uma faculdade/poder processual em razão do exercício desse poder/faculdade já ter sido exercido.
- e) O instituto da preclusão pode ser sintetizado como uma sanção processual para a parte que não é diligente na condução dos seus interesses dentro do processo.

71. Sobre honorários, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.
- b) Não são cabíveis honorários de advogado na ação regressiva do segurado contra o causador do dano.
- c) Os honorários advocatícios podem ser fixados em salários-mínimos.
- d) É proibida a cumulação da multa contratual com os honorários de advogado, após o advento do código de processo civil vigente
- e) A Defensoria Pública não poderá receber honorários advocatícios caso ajuíze e vença ação contra o mesmo ente estatal ao qual esteja vinculada.

72. No que concerne à intervenção de terceiros, assinale a alternativa incorreta.

- a) um dos fundamentos da intervenção de terceiros reside na possibilidade de se incluir esse terceiro nos efeitos da coisa julgada.
- b) De acordo com o STJ, a inclusão de litisconsorte ativo facultativo, após a distribuição da ação judicial, configura desrespeito à garantia constitucional do Juiz Natural.
- c) é vedado ao curador especial propor reconvenção.
- d) O fato de uma instituição, a exemplo da Defensoria Pública, atuar em vários processos a respeito de um tema, não lhe confere, por si só, a aptidão para atuar como *amicus curiae*.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica poderá ocorrer desde o primeiro momento do processo, na petição inicial, quando não será instaurado um incidente, ou em qualquer outro momento posterior, seja em conhecimento, liquidação de sentença ou execução.

73. Em relação à audiência de instrução e julgamento é correto afirmar que:

- a) o juiz não poderá dispensar a produção das provas requeridas pelo membro da Defensoria que não esteja presente em audiência.
- b) só pode ser gravada se houver autorização judicial.

c) a obediência à ordem de produção de provas (peritos, depoimento pessoal, testemunhas) é obrigatória.

d) a fixação dos pontos controvertidos deve ocorrer na fase de saneamento do processo, e não mais na audiência de instrução e julgamento.

e) instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, desde que anteriormente não tenha ocorrido o emprego de outros métodos de solução consensual de conflitos.

74. A respeito do litisconsórcio, assinale a opção correta.

- a) No litisconsórcio unitário, a conduta alternativa de um litisconsorte não estende seus efeitos aos demais.
- b) No litisconsórcio eventual, o segundo pedido só poderia ser analisado se o primeiro não for acolhido.
- c) Se houver litisconsórcio necessário simples, a sentença é válida e eficaz em relação àquele que participou do feito, mas nula em relação àquele que não foi citado.
- d) A solidariedade em determinada obrigação implica a unitariedade do litisconsórcio.
- e) Não se admite o litisconsórcio necessário simples.

75. Quanto aos recursos, assinale a alternativa correta:

- a) Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não apenas de questões relevantes do ponto de vista social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário, ainda que ainda não tenha sido objeto de juízo de admissibilidade na origem.
- c) Nos embargos de divergência não poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.
- d) quando o curador especial interpuser recurso, ele está isento de preparo.

e) A simples referência à existência de feriado local previsto em Regimento Interno e em Código de Organização Judiciária Estadual é suficiente para a comprovação de tempestividade do recurso especial.

76. Marque a alternativa correta:

a) Na execução por quantia certa, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, devedor ficará isento do pagamento de honorários.

b) O fiador, quando executado, tem o direito de exigir que primeiro sejam executados os bens do devedor situados na mesma comarca, livres e desembargados, indicando-os pormenorizadamente à penhora.

c) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para serem executados.

d) O contrato de seguro de acidentes pessoais é considerado um título executivo extrajudicial.

e) Tendo mais de um domicílio, o executado poderá ser demandado no foro de domicílio do autor.

c) São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.

d) O resíduo deve ser visto como um bem capaz de gerar trabalho e renda e de promover a cidadania, segundo o princípio da visão sistêmica, o qual impõe às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas geradoras de resíduo, sólido o respeito e a observância dos valores sociais e da dignidade da pessoa humana.

e) São objetivos da Política Nacional dos Resíduos Sólidos a gestão integrada de resíduos sólidos.

78. De acordo com o STF, assinale a alternativa INCORRETA:

a) É constitucional lei estadual que proíba a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, perfumes e seus componentes.

b) A proteção da fauna é matéria de competência legislativa concorrente (art. 24, VI, da CF/88).

c) A Lei federal nº 11.794/2008 possui uma natureza permissiva, autorizando, a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisas científicas, desde que sejam observadas algumas condições relacionadas aos procedimentos adotados, que visam a evitar e/ou atenuar o sofrimento dos animais.

d) O STF entende pela possibilidade dos Estados editarem normas mais protetivas ao meio ambiente, com fundamento em suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse, conforme o caso, ainda que mais restritivas do que a lei federal.

e) É inconstitucional lei estadual que proíba a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, perfumes e seus componentes.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

Lúcia Reinert

77. Em relação ao encerramento dos lixões e inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis, assinale a alternativa incorreta:

a) De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). A gestão integrada é um conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

b) A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) estabelece uma regra da ordem de prioridade na gestão, segundo a qual se deve primar, em primeiro lugar, pela da redução, reutilização e reciclagem, depois para o tratamento dos resíduos sólidos e, por fim, a disposição final adequada dos rejeitos.

79. Em relação a responsabilidade ambiental, assinale a alternativa incorreta, conforme entendimento atualizado do STJ:

- a) A aplicação de penalidades administrativas não obedece à lógica da responsabilidade objetiva da esfera cível (para reparação dos danos causados).
- b) A aplicação de penalidades administrativas deve obedecer à sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração de seu elemento subjetivo, e com demonstração do nexa causal entre a conduta e o dano.
- c) A responsabilidade civil ambiental é subjetiva.
- d) A responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva.
- e) A responsabilidade administrativa exige o dano, nexa causal e o elementos subjetivo.

80. De acordo com o entendimento do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- b) A inversão do ônus da prova não se aplica às ações de degradação ambiental.
- c) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde,
- d) A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de emergência ou de urgência é considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 24 horas contado da data da contratação
- e) É abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

81. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável:

- a) às relações entre acionistas investidores e a sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no mercado de valores mobiliários.
- b) ao contrato de fiança bancária acessório a contrato administrativo.
- c) às entidades fechadas de previdência complementar.
- d) aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- e) aos contratos de conta-corrente mantida entre corretora de Bitcoin e instituição financeira.

82. Luiza adquiriu um computador. Uma semana após a compra, o produto apresentou vício na tela. Luiza então pleiteou a imediata restituição do preço, o que foi negado pelo fornecedor sob o fundamento de que o produto poderia ser consertado, substituindo a tela por outra, porém de outra cor e de outro modelo. Nesse caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) não sendo o vício sanado no prazo de sete dias, Luiza pode exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- b) ainda que o vício possa ser sanado, Luiza possui direito a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, uma vez que a substituição da parte viciada pode comprometer a qualidade ou características do produto.
- c) em razão do vício ter se apresentado após sete dias da compra, Luiza apenas poderá pleitear a substituição do produto ou o abatimento proporcional do preço.
- d) Luiza somente terá direito à restituição do preço se o vício do produto não for reparado no prazo legal de trinta dias, que pode ser

aumentado ou diminuído por convenção das partes.

e) Luiza e o fornecedor podem convencionar a redução ou ampliação do prazo para sanar o vício, não podendo ser inferior a sete nem superior a noventa dias.

83. Com relação às práticas comerciais, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

b) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, sem perdas e danos.

c) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto, sendo que, cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, a depender da vida útil do produto.

d) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

e) O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços, respondendo o consumidor por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.

84. Com relação às Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos, é correto afirmar:

a) Os legitimados poderão propor apenas em nome próprio ação civil coletiva de

responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, de acordo com o disposto nos artigos seguintes.

b) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito regional.

c) Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação prevista em Ação Civil Pública e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, aquelas terão preferência no pagamento.

d) Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados para a ação promover a liquidação e execução da indenização devida.

e) Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como assistentes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Wagner Damázio

85. A respeito dos princípios da Administração Pública, é correto afirmar:

a) O princípio da moralidade está embasado na vontade interna e associado a valores próprios de cada indivíduo que se relaciona com a Administração.

b) A ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública direta e indireta, ressalvadas as hipóteses de sigilo, está respaldada pelo princípio da moralidade.

c) A conduta do agente público que busca o melhor desempenho possível e que se sobrepõe ao princípio da legalidade decorre do princípio da eficiência.

d) O princípio da autotutela administrativa decorre do princípio da legalidade, conferindo à Administração Pública a revisão de ofício de seus próprios atos.

e) Nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades em publicidade de atos dos órgãos públicos violam o princípio da publicidade.

86. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, os poderes são inerentes à Administração Pública, pois, sem eles, não seria viável sobrepor a vontade da lei sobre a vontade individual. Diz ainda que são poderes-deveres, competindo ao poder público exercê-los em benefício da coletividade.

Sobre os poderes exercidos pela Administração Pública, é correto afirmar:

a) As guardas municipais, no exercício de poder de polícia de trânsito, não têm competência para imposição de sanções administrativas.

b) O poder disciplinar se configura pela prerrogativa da Administração de punir infrações cometidas pelos agentes administrativos e particulares que violem o interesse público.

c) Para que as atividades de um órgão sejam realizadas de modo coordenado, harmônico, eficiente, com observância da legalidade e do interesse público, a Administração Pública pode se valer do poder hierárquico.

d) O poder de polícia é um instrumento conferido ao administrador que lhe permite restringir o exercício de atividade de agentes públicos em caso de falta funcional.

e) O poder regulamentar confere a qualquer autoridade administrativa a competência de editar regulamentos para dar fiel execução à lei.

87. Determinado município pretende descentralizar um serviço público para otimizar o atendimento à população. Nesse contexto, o município poderá constituir:

a) uma secretaria especializada neste serviço, para que possa desempenhar com liberdade suas atribuições funcionais.

b) uma autarquia, sendo que a sua criação depende de lei, dispensando assim o registro do ato constitutivo.

c) uma fundação pública, cabendo a um decreto do Prefeito do Município definir as áreas de sua atuação, fenômeno derivado do poder regulamentar autônomo atribuído aos Chefes de Poder Executivo.

d) uma sociedade de economia mista, cujo arranjo societário poderá ser o da sociedade limitada.

e) uma fundação pública, cuja criação não depende de autorização legislativa, cabendo apenas à lei complementar definir as áreas de sua atuação.

88. Assinale a alternativa correta sobre o estudo dos agentes públicos:

a) Pessoa física convocada para participar das eleições como mesário é agente público mediante delegação.

b) Os agentes particulares em colaboração com a administração pública não são agentes públicos, pois não possuem vínculo empregatício com a Administração.

c) Os agentes delegados são pessoas físicas que exercem atividades próprias do Estado, sendo sempre remunerados pelo poder público.

d) Os servidores da administração indireta somente podem ocupar emprego público, pois a natureza jurídica das entidades da administração indireta é sempre de direito privado.

e) Os empregados públicos das empresas estatais não têm assegurada a estabilidade no serviço público.

89. Acerca dos serviços públicos, é correto afirmar:

a) O serviço público que tem como característica a possibilidade de cobrança de tarifas de seus usuários é classificado como *uti universi*.

b) Os serviços públicos são prestados pelo Estado, não podendo ser executados por terceiros.

c) Quando não é possível dimensionar o quanto cada usuário usufruiu de um serviço público, está-se diante de serviços *uti singuli*.

d) É incumbência do Poder Público a prestação de serviços públicos, podendo ocorrer diretamente ou sob regime de concessão ou permissão.

e) A titularidade dos serviços públicos pode ser transferida ao particular mediante concessão, quando de natureza econômica.

90. Segundo Hely Lopes Meirelles, “as cláusulas exorbitantes são absolutamente válidas no contrato administrativo, uma vez que decorrem da lei ou dos princípios que regem a atividade administrativa e visam a estabelecer prerrogativas em favor de uma das partes, para o perfeito atendimento do interesse público, que se sobrepõe sempre aos interesses particulares. É, portanto, a presença dessas cláusulas exorbitantes no contrato administrativo que lhe imprime o que os franceses denominam *la marque du Droit Public*: a marca do direito público”.

Sobre o assunto, assinale a alternativa que não apresenta adequadamente uma cláusula exorbitante existente na Lei Federal nº 8.666/93:

a) Modificação unilateral e substancial do objeto do contrato.

b) Rescisão unilateral do contrato, conforme hipóteses previstas na lei.

c) Ocupação provisória de bens vinculados ao objeto do contrato, no caso de serviços essenciais.

d) Aplicação de sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

e) O atraso nos pagamentos de até 90 dias, hipótese em que o contratado permanece obrigado a continuar sua prestação.

91. A respeito da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

a) O Brasil adotou como regra a teoria do risco integral.

b) O Estado não responde civilmente por danos decorrentes de atos praticados por seus agentes quando eles tenham agido sob excludente de ilicitude penal.

c) A responsabilidade civil dos agentes públicos é subjetiva perante o Estado, ao passo que a responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público pelos atos causados por seus agentes é objetiva.

d) A responsabilidade do agente público em exercício é objetiva por ato doloso que cause danos a terceiros.

e) Segundo a teoria do risco integral, é admitida a exclusão da responsabilidade pelos danos que os agentes públicos causarem a terceiros

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES DA DEFENSORIA DO ESTADO DO PARANÁ

Marcos Gomes

92. Acerca da organização administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná, assinale a alternativa INCORRETA:

a) São órgãos da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná, além da Defensoria Pública-Geral do Estado, a Primeira e a Segunda Subdefensorias Pública-Geral do Estado, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, bem como a Subcorregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

b) Enquanto a Lei Complementar n. 80/94 estabelece como órgãos de atuação as Defensorias Públicas do Estado e os Núcleos da Defensoria Pública do Estado, a Lei Orgânica da DPEPR estabelece como órgãos de atuação as Defensorias Públicas do Estado do Paraná, uma vez que os núcleos seriam órgãos auxiliares à atuação dos defensores públicos.

c) De acordo com a Lei orgânica da DPEPR, os defensores públicos não são órgãos de atuação, mas sim de execução.

d) A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado é tratada como órgão auxiliar, que realizará importante conexão da Instituição

com a sociedade civil, tornando a nobre carreira mais democrática e horizontal.

e) Os Centros de Atendimento Multidisciplinares, conforme a Lei Orgânica da DPEPR são órgãos auxiliares, que prestam suporte aos defensores públicos a concretizarem uma de suas funções institucionais previstas na Lei Complementar n. 80/94, qual seja, prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições.

93. Durante o período de pandemia do Covid19, houve a necessidade de robustecer a atuação institucional, seja na área individual, seja na tutela coletiva, notadamente diante do aumento do número de hipossuficientes econômicos e vulneráveis em geral. Acerca da atuação institucional na defesa dos vulneráveis, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Defensoria do Paraná enviou sugestões ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Estado, com o escopo de conter o avanço da pandemia na população carcerária. Busca-se a implementação de prisões domiciliares ou substituição por medidas cautelares alternativas à prisão, tal como em relação aos presos por dívida de pensão alimentícia.

b) No que tange a temática de Direito Civil, é possível destacar a atuação coletiva da Defensoria Pública do Estado do Paraná, buscando evitar reintegrações de posse e despejo, notadamente de áreas carentes, buscando garantir a manutenção dos direitos fundamentais da população vulnerável.

c) O Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria do Paraná expediu orientação no sentido de que os órgãos não interrompam o fornecimento de água e luz no período de isolamento social e quarentena, em caso de inadimplência.

d) O núcleo das mulheres da Defensoria Pública do Paraná atuou perante o TJPR para possibilitar a análise de medida protetiva com petição instruída com B.O. online, e até mesmo a análise dos juízes de pedido de medida

protetiva sem registro de B.O. (medida protetiva autônoma).

e) Ante a inviabilidade técnica de medidas urgentes de higiene e proteção aos moradores de rua, a Defensoria Pública vem focando seus esforços para que sejam efetivadas construções de abrigos para esse grupo vulnerável.

94. De acordo com a normativa federal e estadual acerca da Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) De acordo com a LC n. 136/2011, os honorários advocatícios são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

b) De acordo com a LC n. 136/2011, é função da Defensoria Pública convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.

c) No estado do Paraná, a assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado do Paraná será exercida pela Defensoria Pública do Estado do Paraná.

d) O instrumento de mediação referendado pelo Defensor Público do Estado valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.

e) A atribuição de educação em direitos está prevista tanto na LC n. 80/94, como também na LC n. 136/2011.

95. Sobre a concretização do modelo público de assistência jurídica integral e gratuita, assinale a alternativa INCORRETA, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 02 julgada pelo Supremo Tribunal Federal, concluiu-se inexistir omissão inconstitucional do Presidente da República na implementação adequada da Defensoria Pública.

b) Em caso de não implementação da Defensoria Pública e prestação do serviço de assistência jurídica por meio da “Advocacia

Dativa”, o Poder Público incorrerá em dupla inconstitucionalidade, tanto por ação (ao promover um serviço público por um modelo que não seja o “salaried staff”) e por omissão (ao não concretizar o comando constitucional).

c) A Defensoria Pública possui autonomia financeira, sendo certo que a fixação de limite para a proposta de orçamento a ser enviado pela Defensoria Pública, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, pode ser feita sem participação da Instituição.

d) A Defensoria Pública não pode estar subordinada ou vinculada a Secretaria de Estado, nem mesmo se houver previsão em lei complementar estadual.

e) É inconstitucional norma estadual que atribui à Defensoria Pública do estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo.

FILOSOFIA DO DIREITO E SOCIOLOGIA JURÍDICA

Jean Vilbert

96. Quanto ao Jusnaturalismo, marque a assertiva CORRETA:

a) O jusnaturalismo teológico ou medieval tem como principais defensores os estoicistas.

b) O modelo naturalista de surgimento da sociedade é análogo ao modelo jusnaturalista de análise do fundamento dos direitos morais.

c) O jusnaturalismo ideonômico prega que a noção de justiça está dentro do sujeito, em suas ideias, modelo defendido por Platão.

d) Para o jusnaturalismo cosmológico os direitos naturais são estabelecidos por Deus.

e) A ideia de que as leis naturais são inatas à condição do homem e reveladas pela razão se liga ao jusnaturalismo moderno.

97. No texto curto “Cinco minutos de Filosofia do Direito”, Gustav Radbruch estabelece suas teses, as quais viriam a influenciar todo o

modelo pós-positivista. Quando a essa obra, é CORRETO afirmar:

a) Os princípios são norteadores do direito, mais com menor densidade e força do que os preceitos jurídicos normativos.

b) Direito é a vontade de justiça.

c) Em que pese o conteúdo seja importante, a análise da lei remanesce apenas no âmbito da validade.

d) Direito pode ser tudo aquilo que é útil ao povo.

e) O direito injusto perde a qualidade de direito.

98. Quando ao utilitarismo de John Stuart Mill é CORRETO afirmar:

a) Defendeu que todas as questões morais devem ser reduzidas operações matemáticas de dor e prazer a médio prazo.

b) O nível de bem-estar gerado pelas ações deve ser considerado a curto prazo, uma vez que experimentamos o prazer de forma imediatista.

c) Mesmo dentro de uma ótima utilitarista, a liberdade deve ser vista como um fator fundamental à vida em sociedade.

d) A única base para classificar as experiências é se o prazer é mais ou menos duradouro e intenso, não se devendo realizar qualquer tipo de julgamento qualitativo sobre elas.

e) Ignorou a crítica ao utilitarismo de que a teoria não considera os direitos individuais, preferindo tratar da relações entre os pesos absolutos dos prazeres.

99. Com a ascensão do nazismo, a filósofa alemã Hannah Arendt foi proibida lecionar em qualquer universidade germânica (em razão de sua origem judia). Fugiu para Paris e, em 1941, para os Estados Unidos, onde lecionou em Berkeley, Chicago, Princeton e Yale (nesta última, tornou-se a primeira mulher professora). Quando à sua obra “Origens do totalitarismo” (1951) é CORRETO afirmar:

a) O homem existe como ser humano em completude quando incorporado efetivamente a algum lugar no mundo.

b) A singularidade do homem é condição a priori, de modo que independe de o indivíduo estar na companhia de homens diferentes de si para que a confirme.

c) A capacidade de debate, embora importante para o exercício da cidadania, não faz parte da condição essencial de homem.

d) A ação humana ocorre mesmo que no isolamento, de tal maneira que a possibilidade de agir não compõe o núcleo da dignidade humana.

e) Os conceitos de liberdade, espaço público e cidadania são independentes entre si.

100. Jürgen Habermas, Por ter lábio leporino (fenda palatina), teve de fazer duas cirurgias corretivas na infância. Segundo ele, a dificuldade de fala derivada dessa deficiência fez com que percebesse a grande importância da linguagem, da comunicação. Sua teoria da ação comunicativa é considerada a mais democrática doutrina de legitimação das decisões públicas. Sobre ela, é CORRETO afirmar:

a) Há uma identificação intrínseca entre legalidade e legitimidade.

b) O debate equitativo é desejável para o consenso social sobre a norma, mas não interfere em sua legitimidade.

c) O fundamento democrático do Direito se encontra na representatividade democrática, podendo se esgotar na eleição de representantes para legislar no bom interesse do povo.

d) A legitimidade é resultante do entrelaçamento entre os processos jurídicos e uma argumentação moral que obedece à sua própria racionalidade procedimental.

e) A norma produzida sem consenso será legítima, mas não legal.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DPE-PR-20-06>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

